

A IMPORTÂNCIA E O PAPEL DA GESTÃO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO



CAMILLA BORGES DE SOUZA PEREIRA

Graduação em Licenciatura em Matemática pelo Centro Universitário Unisant'anna (2010); Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos (2014); Graduação em Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos (2015); Professora de Ensino Fundamental II - Matemática - na EMEF Raul de Leoni.

RESUMO

A escola apresenta muitas dificuldades para a criança autista e entre essas dificuldades estão o clima de aprendizagem complicado, apesar das dificuldades sociais de comunicação, emocionais e acadêmicos relativos à experiência escolar. Uma parte desses alunos possui bons desempenhos escolares, especialmente em áreas que são mais baseadas na realidade dos fatos e, ainda mais aos poucos, nas áreas em que têm um interesse ou capacidade excepcionais. Este trabalho tem como objetivo geral evidenciar a importância da gestão para que ocorra a inclusão social, além de ter como objetivo específico conceituar o autismo, compreender o papel da inclusão escolar e discutir sua importância da gestão para que ocorra a inclusão, sendo assim, este trabalho por meio de uma revisão de literatura entendeu que o autismo trata-se de um distúrbio de desenvolvimento, caracterizado por alterações que se manifestam antes dos três anos de idade, cujo efeito na vida da criança é variado e verdadeiramente determinante em domínios da evolução humana e que para acontecer sua inclusão a gestão escolar é uma peça-chave na promoção da inclusão de alunos com autismo, devendo estar comprometida em criar um ambiente educacional inclusivo e acolhedor para todos os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão; Inclusão; Autismo.

INTRODUÇÃO

Proposta pela Declaração dos Direitos da Criança, a educação é uma regra que deve capacitar os sujeitos para criarem a sua cultura geral e capacitá-los para, em condições de possibilidades equivalente, fomentar as suas aptidões, a sua capacidade de exercer o juízo e seu senso de obrigação moral e social, e se tornar um cidadão valioso. É, portanto, um direito fundamental da criança partilhar de uma educação que, além de envolvê-la, lhe dê oportunidades de cooperação com o

meio em que está inserida e de desenvolvimento de suas próprias habilidades.

A educação é uma parte genuína da experiência de ser comparável à sociedade, de modo que não pode ser considerada sem conexão social. Assim, ao se atentar para tais regras, compreende-se a necessidade de incorporar sujeitos que porventura se encontrem nas margens desse ciclo, seja por ausência de condições materiais ou geográficas, seja por morbidades explícitas como deficiência físicas e intelectuais.

Para compreender o curso da inclusão escolar, primeiro é importante perceber a situação educacional da maneira como ela se apresenta em nossa circunstância. No Brasil e em grande parte do mundo, o ambiente de destaque é a escola: uma fundação, pública ou privada, que pretende preparar disciplinas para o universo do trabalho e da prática social. Esta formação padronizada é proposto, posteriormente, não apenas como resposta para garantir o direito essencial e protegido à educação de forma ordenada e homogênea, mas também para preparar sujeitos que atendam aos interesses políticos e financeiros do Estado, ou seja, a escola assume um papel que não inclui a reprodução restritiva da substância formal, mas adicionalmente a reprodução das relações sociais e úteis, dando e supervisionando disciplinas dinâmicas que satisfaçam o modelo em curso. A metodologia da presente pesquisa visa a revisão de literatura, sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral evidenciar a importância da gestão para que ocorra a inclusão social.

AUTISMO

O autismo trata-se de um distúrbio de desenvolvimento, caracterizado por alterações que se manifestam antes dos três anos de idade, cujo efeito na vida da criança é variado e verdadeiramente determinante em domínios da evolução humana, como a polivalência, a correspondência, a comunicação social e a aprendizagem. A questão foi retratada pela primeira vez por um especialista austríaco, residente em Baltimore, EUA, em 1943, chamado Leo Kanner, em artigo intitulado: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo, publicado na revista *Nervous Children* (1943, p. 217-250). Conforme o publicado, Kanner (1943) retratou casos de onze crianças que tiveram um sério nível de isolamento social desde o início da vida, apesar de um anseio fanático pela conservação do horário, referindo-se a elas como autistas. A fixação no isolamento, presente desde o início da vida da criança, apontava, até então, para um distúrbio inato (LEBOYER, 2015).

Em 1944, outro médico, Hans Asperger, também austríaco, retratou casos de crianças basicamente iguais aos referidos por Kanner. Atualmente, o significado de autismo é creditado tanto a Kanner quanto a Asperger. O autismo foi distinguido durante a década de 1940. Como sua determinação diagnóstica é complicada, e sob o argumento de que o assunto é ilimitado, novas revelações surgiram, permanecendo em constante avaliação. (MELLO, 2011).

Conforme Ziraldo (2013), o autismo confere uma característica com a qual o sujeito nasce, retratado como um transtorno neurobiológico, que influencia o desenvolvimento mental dos acontecimentos e causa desafios nas conexões sociais e na comunicação com o clima. Dessa forma, eles precisam de ajuda para criar e derrotar seus impedimentos. Conforme Melo (2011), crianças autistas

apresentam desajustes para acompanhar relações sociais com diferentes sujeitos, demoram na fixação da linguagem e, quando esta desenvolve-se, possuem dificuldade em atribuir-lhe valor de correspondência. Alguns estudos recentes mostraram que o autismo é muito mais comum em homens e também afeta pessoas de várias etnias ou classes sociais. Algumas metodologias têm sido utilizadas por algumas nações para avaliar a frequência do autismo (MELLO, 2011). A gravidade do autismo depende de determinados princípios que demandam ações que guardem as devidas orientações para que as interações sociais sejam estabelecidas.

Segundo a American Psychiatric Association (2014) (APA) a gravidade do autismo se dá em três níveis, conforme sua deficiência, que pode ser pensada em: leve, moderada ou severo. Nível 1 sendo o leve, precisa de pouca ajuda, pode ter uma deficiência para transmitir, o que não sugere conexões sociais, mas mostra dificuldade em iniciá-las. Da mesma forma, apresenta problemas de associação e organização. O nível 2 moderado apresenta transtornos acentuados da correspondência social, verbal e não verbal, falta de linguagem, apesar das limitações de associação, conduta, planejamento e organização. No nível 3, severo, há uma grave deficiência nas habilidades relacionais verbais e não-verbais, não obstante sérios impedimentos nas comunicações social e mentais com propensão à separação, mostrando também comportamento inflexível, estrito, repetitivo e desafios na gestão de mudanças de rotina. Diante disso, obviamente, os Transtornos do Espectro do Autismo se fundamentam basicamente em uma condição presente desde o nascimento, que influencia as habilidades de socialização, correspondência e comportamento, podendo influenciar a criança de forma leve, moderada ou severa.

ESPECTRO AUTISTA E O AMBIENTE ESCOLAR

A escolarização de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) começou com a inclusão da escola por meio de regulamentos e pronunciamentos, como visto atualmente, para que todos tenham o direito de desfrutar de uma educação de qualidade (LIMA; LAPLANE, 2016).

A maneira como a adaptação do aluno com TEA acontecerá no ambiente escolar não dependerá apenas da criança, mas também do educador, que deve demonstrar aptidão, responsabilidade, certeza e capacidade de gerenciar as várias maneiras de ver o universo das crianças, tendo uma visão aguçada para os deficientes (OLIVEIRA, 2016).

Como denota a autora, diante da constatação da deficiência, o professor pode programar uma atividade que atenda a criança e suas especificidades para atender a proposta educacional. As soluções para estas necessidades devem ser previstas e sustentadas pelo empreendimento educativo da escola, não através de um novo e individual plano pedagógico, mas sim ajustando a proposta ordinária, procurando garantir que as crianças deficientes participem da programação da forma mais ideal, levando em conta as especificidades que cada um deles pode esperar em sua singularidade (OLIVEIRA, 2016).

Conforme Costa (2016), o professor tem um teste extraordinário que conquista as práticas subjacentes e habilidades sócio mentais nas quais o aluno necessita de auxílio.

Nos exames de Camargo e Bosa (2009), pode-se apreender a importância do apoio de crianças com autismo em ambientes sociais na comunicação com diferentes crianças do mesmo grupo de idade. Este é um método para ampliar suas capacidades intuitivas, pois viver respectivamente oferece modelos de colaboração e chances de encontrar diferentes circunstâncias. Nesse sentido, a escola é o ambiente privilegiado para promover espaços de aprendizagem e convivência para todas as crianças.

A cooperação com diferentes crianças do mesmo grupo etário proporciona ambientes sociais que permitem encontros que levam à troca de pensamentos, trabalhos e ao compartilhamento de exercícios que exigem troca relacional e conversação para o compromisso, pois problemas subjetivos são vistos vendo alguém e correspondência, em da forma típica com os indivíduos, desde o início (CAMARGO; BOSA, 2009).

As oportunidades para o autista compreender o seu potencial educativo dependem, no entanto, da penetrabilidade da escola para esta informação não concebida, não controlada institucionalmente, tendo a opção de convidar novas informações, ponderando a variedade digressiva e a variedade dos laços sociais em que os alunos estão inseridos, o que pode sustentar uma regra de desenvolvimento da missão educacional (COSTA, 2016)

De acordo com Bialer (2014) Donna Williams, um indivíduo autista introvertido quebra a visão de mundo de que indivíduos autistas não têm a menor ideia de como se conectar uns com os outros em qualquer clima. Cada indivíduo à sua maneira particular, sendo leve, constante, viável, tranquilo, seguro e desprezioso, entra no reservado círculo de segurança dos autistas, envolvendo Williams por exemplo, que inicia um parentesco por meio da junção de itens que acabam se destacando definitivamente. Nessa linha, ela passa a certeza para o indivíduo se aproximar e simultaneamente ganha a certeza do indivíduo ter a opção de se aproximar.

A inclusão de autistas em classes regulares, de qualquer modo, traz dificuldades específicas, pois grande parte deles tem dificuldade de controlar o próprio corpo, o que se manifesta em modos impróprios e peculiares de se comportar a despeito de sua vontade e em perturbações intermináveis (BIALER, 2015)

A questão do poder do proficiente na educação é significativamente marcante na escrita dos autistas que não falam, havendo uma notável disparidade entre o que esses autistas comunicavam e o aprimoramento de sua verdadeira capacidade fora do ambiente escolar, no exame com sua nomeação em vez de deficiência mental na escola (LIMA, 2016)

Após uma série de encontros escolares com pouco êxito, enfrentando a obstrução escolar do grupo educacional e da organização, Carly, uma autista não-verbal, manteve contato com a escola normal da qual ela queria fazer parte, entendendo que as marcas estavam mantendo indivíduos autistas sejam inseridos no sistema educacional e solicitem a opção de ter suas disparidades consideradas. Ela enfatizou ter a capacidade mental de ir às aulas normais e a prontidão para revisar e adquirir informações, apesar de seus problemas e dificuldades. Ela declarou considerar que a capacidade da escola é definitivamente mostrar jovens como ela, que têm vontade e capacidade de aprender novas informações (BIALER, 2015).

Em alguns casos relatados por Bialer à luz dos livros explorados, pode-se muito bem constatar que a grande maioria dos alunos era chamada de impedida intelectualmente e não conseguia comunicar seus pensamentos da maneira que gostaria, seja à luz de pelo fato de serem atormentados sofrendo bullying ou por serem autistas não-verbais, o que nos dois casos tornava suas vidas problemáticas, já que suas realizações mais notáveis eram estar dentro de uma sala de estudos de ensino regular, e também era uma de suas miséria mais proeminente por ser tratada de forma inconsistente dentro daquele clima (BIALER, 2015).

A metodologia das escolas especiais em fazer com que os alunos frequentem as escolas regulares, já que não podem cumprir o sistema de ensino desses alunos, é um teste que as escolas normais também enfrentam, retomando os caminhos e aprimorando a visão dos alunos e professores junto com a inclusão pedagógica, melhorando o fazer pedagógico (COSTA, 2016, p.16).

Sons ruidosos, abruptos, controláveis ou incontroláveis fazem com que indivíduos autistas o vejam de forma única em contraste com indivíduos que não têm autismo, por exemplo, a borracha na lousa, o giz ao escrever, festas, os balões infláveis quando eles explosão, fazem com que a parte sensorial do autistas seja modificada, o que o deixa confuso, amedrontado, arrepiado e acaba propiciando algumas emergências ou produzindo transtornos tangíveis. No entanto, eles não são apenas um problema para indivíduos autistas já que metade ou mais indivíduos têm algum efeito colateral tangível, seja leve ou severo. (LIMA, 2016))

Consequentemente, a sua audição torna-se extremamente delicada, por exemplo quando presta atenção a uma música ou quando opta por ver um programa de televisão num momento de relaxamento. Apesar da forma como os jovens já se inclinam para diferentes formas de lazer, por exemplo, assistir séries, narrativas, jogos e explorar sozinhos o celular, no qual podem se divertir de qualquer lugar de suas casas. Ao observar a mídia, foi possível perceber que de várias formas o acesso a séries, filmes e histórias é obtido, e o tema Transtorno do Espectro Autista (TEA) está sendo cada vez mais abordado nas mídias sociais.

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO

A inclusão é um tema que tem gerado muitos debates e reflexões em nossa sociedade, especialmente no contexto educacional. A inclusão se refere à promoção de uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades específicas.

Nesse sentido, a inclusão envolve a garantia de igualdade de oportunidades, o respeito às diferenças, a promoção da convivência saudável e o acesso aos recursos necessários para que todos os alunos possam desenvolver seu potencial máximo. No entanto, a inclusão também enfrenta desafios e barreiras, como preconceitos, discriminações, falta de preparo dos profissionais, infraestrutura inadequada, entre outros. Por isso, é importante continuar debatendo e buscando soluções para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. (OLIVEIRA, 2016).

A partir da Resolução n. 02/2001, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva de universalização e atenção à di-

versidade na educação brasileira. Essa resolução recomenda que os sistemas de ensino matriculem todos os alunos, cabendo às escolas se organizarem para atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes, garantindo as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

No entanto, é importante lembrar que a inclusão não se refere apenas a crianças com necessidades educacionais especiais, mas também a sujeitos "típicos" com diferentes características e que vêm de contextos familiares distintos, os quais enfrentam situações de vulnerabilidade e risco social.

É importante destacar que não existe uma definição única para o conceito de inclusão, visto que diversas pessoas o utilizam para reivindicar seus direitos em diferentes contextos. A inclusão é abordada em vários campos, como social, digital, cultural, econômico, escolar e desinstitucionalização. No entanto, pode-se afirmar que a inclusão busca atender às necessidades de todos os cidadãos, desde as majorias até às minorias, dos privilegiados aos marginalizados. (SANTAROSA; CONFORTO, 2015)

Neste sentido, para garantir uma educação de qualidade para todos, especialmente em um contexto de diversidade e vulnerabilidade social, é necessário adotar uma abordagem de gestão que priorize a inclusão e seja capaz de transformar o sistema educacional e suas políticas. Uma gestão eficaz pode mobilizar recursos e pessoas para implementar práticas pedagógicas e estratégias de inclusão, promovendo uma educação que respeite as diferenças e assegure a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. A gestão, portanto, é um elemento fundamental na construção de uma educação inclusiva e de qualidade. (OLIVEIRA, 2016).

A gestão escolar tem um papel fundamental na promoção da inclusão de alunos com autismo. A inclusão desses alunos é um desafio que envolve toda a comunidade escolar e exige uma postura comprometida, atenta e respeitosa por parte dos gestores.

A gestão escolar é responsável por coordenar e orientar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, além de estabelecer políticas de inclusão para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

No caso dos alunos com autismo, é fundamental que a gestão escolar esteja preparada para receber e atender esses alunos de forma inclusiva, promovendo adaptações e adequações que garantam a sua participação plena nas atividades escolares. (SANTAROSA; CONFORTO, 2015)

Algumas medidas que podem ser tomadas pela gestão escolar para promover a inclusão de alunos com autismo incluem a formação de professores e demais profissionais da escola para trabalhar com esses alunos, a criação de um ambiente acolhedor e seguro para esses alunos, a adaptação das atividades pedagógicas e do espaço físico da escola, a promoção da interação social entre os alunos, entre outras.

A primeira questão que a gestão escolar deve considerar é a formação dos professores e demais profissionais da escola. É necessário que esses profissionais sejam capacitados para lidar com as especificidades dos alunos com autismo, conhecendo suas necessidades e sabendo como

adaptar a metodologia e as estratégias de ensino para atender às suas demandas. (BENITEZ; DOMENICONI, 2014)

Além disso, é importante que a gestão escolar promova ações que visem à conscientização e sensibilização de toda a comunidade escolar para a importância da inclusão de alunos com autismo. Isso pode ser feito por meio de palestras, debates, encontros e outras atividades que envolvam pais, alunos e professores.

Outra questão importante é a adaptação do ambiente escolar para atender às necessidades dos alunos com autismo. Isso inclui a disponibilização de recursos pedagógicos específicos, como materiais adaptados e tecnologias assistivas, bem como a adequação do espaço físico da escola para garantir a acessibilidade e segurança desses alunos. (BENITEZ; DOMENICONI, 2014)

Neste sentido a gestão escolar tem um papel fundamental na promoção da inclusão de alunos com autismo, devendo investir na formação dos profissionais da escola, na conscientização e sensibilização de toda a comunidade escolar, na adaptação do ambiente escolar e no desenvolvimento de um plano de atendimento educacional especializado que atenda às necessidades e potencialidades de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi uma conquista notável que mudou a educação mundial. O registro ressalta a necessidade de incluir os sujeitos portadores de necessidades educativas especiais. No campo educacional, além de garantir o acesso, existem diferentes perspectivas que permeiam a presença de pessoas com deficiência na escola, incluindo acessibilidade, gestões educacionais específicas e adaptabilidade do plano educacional

O ingresso de indivíduos com necessidades educacionais especiais em educação regular e conduzi-los como um sujeito funcional nesta excursão é fundamental para o ciclo de inclusão. Pois vale ressaltar que o direito de educação igualitária diz respeito a todos os cidadãos, portanto, salas de estudo normais são apresentadas desde a Educação Infantil até a o Ensino Superior, em vista de cumprir com o direito de educação para todos.

A diretriz fundamental da inclusão escolar é que todos os alunos devem aprender juntos, não importa o problema ou distinção, percebendo a variedade e compensando o caráter e o progresso do aprendizado, garantindo uma educação de qualidade. Além disso, sendo a Educação infantil um dos círculos primordiais de socialização e informação fora do âmbito familiar, o elemento de quão significativa é a inclusão escolar de crianças com TEA, uma vez que esta formação oportuniza encontros significativos para avançar no aprimoramento destes grupos multidisciplinares específicos da fase da vida para capacitar uma experiência crescente de ensino-aprendizagem para este aluno.

A escola apresenta muitas dificuldades para a criança autista e entre essas dificuldades estão o clima de aprendizagem complicado, apesar das dificuldades sociais de comunicação, emocionais e acadêmicos relativos à experiência escolar. Uma parte desses alunos possui bons desempenhos

escolares, especialmente em áreas que são mais baseadas na realidade dos fatos e, ainda mais aos poucos, nas áreas em que têm um interesse ou capacidade excepcionais.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** - DSM V. Tradução de Maria Inês Correa Nascimento et al; revisão técnica Aristides Volpato Cordiolo. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014

BENITEZ, P; DOMENICONI, C. (2014) **Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas**. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 20, n. 3, p. 371-386, Sept. 2014

BIALER, M. **A inclusão escolar nas autobiografias de autistas**. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. V. 19, N 3, 2015

COSTA, L S da. **Escolarização de crianças com transtorno do espectro autista: a concepção do educador numa perspectiva inclusiva**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

LIMA, S; LAPLANE, A L F de. **Schooling of Students with Autism**. Revista Brasileira Educação Especial. vol.22 n.2 Marília, 2016. D

LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos**. 5. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2015.

MELLO, A M S. **Autismo: guia prático**. 7. ed. São Paulo: Corde, 2011.

OLIVEIRA, A P de. **Adaptação curricular para autistas no ensino fundamental I: um enfoque na legislação educacional**

SANTAROSA, L MI; CONFORTO, D. (2015) **Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com Transtornos de Espectro Autista**. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 21, n. 4, p. 349-366, Dec. 2015

ZIRALDO. **Autismo: uma realidade**. São Paulo: Editora Megatério estúdio, 2013.